

Por Aline Bronzati

O mercado de seguros brasileiro deve deixar para trás os "níveis eufóricos" de crescimento conquistados nos últimos anos como reflexo da desaceleração que o Brasil atravessa, na opinião do superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Roberto Westenberg.

Ainda que o segmento tenha baixa participação no Produto Interno Bruto (PIB), com a economia em crise, sua expansão neste ano será, conforme ele, "muito mais modesta", de cerca de 6% em termos reais (descontando a inflação).

"Nosso Produto Interno Bruto (PIB) está andando de lado. Devemos crescer, em termos reais, abaixo de dois dígitos, em torno de 6%. É uma performance ainda a se comemorar e comprova a tese de que o mercado de seguros está preenchendo um gap histórico no Brasil", avalia ele, em entrevista exclusiva ao Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

De janeiro a junho, de acordo com Westenberg, o mercado de seguros brasileiro cresceu em torno de 14% em termos nominais e entre 6% e 7% em números reais, acompanhando a retração da economia local.

Esse patamar de expansão deve ser mantido na segunda metade do ano, conforme o superintendente, em meio às oportunidades para o segmento avançar em áreas pouco exploradas. Contribui ainda o fato de o período ser tradicionalmente mais forte, impulsionado, principalmente, por maiores contribuições de planos de previdência privada.

Para Westenberg, crescimento é a principal tendência para o mercado de seguros brasileiro. Tal expansão, porém, tem de ser, na visão dele, voltada ao preenchimento das necessidades atuais da sociedade, com soluções securitárias para a área de infraestrutura, que garantam a aposentadoria das pessoas e protejam a baixa renda de infortúnios.

"O brasileiro vai demandar produtos sintonizados com suas necessidades e que não necessariamente condiz com as ofertas que temos hoje no mercado", admite ele.

Há quase um ano e meio à frente da Susep, Westenberg defende ainda que o mercado de seguros seja também mais funcional para a economia brasileira e que as seguradoras se posicionem como um suporte de investimento institucional para o país. Esse também é o desejo do Ministério da Fazenda, pasta à qual a Susep está submetida.

Novos produtos

Algumas novas soluções securitárias podem sair do papel ainda este ano, de acordo com o superintendente da Susep. Uma delas, conforme ele, é voltada para os fundos de pensão na esteira do convênio firmado com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que regulamenta o setor.

Trata-se de uma cobertura que visa a cobrir os risco de longevidade dos participantes, ou seja, de os beneficiários viverem mais do que os recursos que acumularam ao longo da vida.

Outro estudo prioritário da Susep, de acordo com Westenberg, é a ampliação do seguro de garantia para obras públicas, que garante que as mesmas sejam concluídas conforme previsto em contrato. Essa apólice representa hoje apenas 5% do valor total do projeto e o objetivo da Susep é ampliar esse percentual, talvez para 30% ou até mesmo 100%.

"Estamos preparando a passos largos um produto que cubra efetivamente o risco de conclusão.

Para isso, os níveis de garantias precisam ser substancialmente aumentados", ressalta o superintendente.

Apesar de admitir que paradigmas no passado frustraram a agenda de grandes obras e, consequentemente, a expectativa das seguradoras que viram muitos projetos ficarem só no papel, ele diz que, por parte da Fazenda, tais problemas não devem se repetir. A urgência na retomada do crescimento, conforme Westenberger, está no radar de qualquer órgão do governo com poder decisório e tão logo as questões atuais que travancaram o País sejam resolvidas as obras de infraestrutura poderão ter um melhor desempenho.

Neste contexto, o superintendente da Susep vê como positivo o recente movimento de vendas de carteiras no País, principalmente, no segmento de grandes riscos, com as multinacionais ocupando mais espaço diante da necessidade de dividir riscos no mercado global. O setor de seguros, segundo ele, é muito dinâmico, portanto, é natural que isso aconteça.

"O Brasil está demandando produtos mais sofisticados, mais parrudos, nesta área de grandes riscos. É positivo também ter mais empresas operando no País. Evidentemente, que sempre as transações passam pela aprovação do regulador, que vai balancear a conveniência desta empresa operar, capital, solidez financeira, preparação tecnológica", diz Westenberger.

A mais recente foi a venda das seguradoras do HSBC com o banco para o Bradesco. O pedido para obtenção do aval da Susep já foi feito. A expectativa do Bradesco é que esse e as demais autorizações, que incluem Banco Central (BC) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) saiam ainda neste ano.

Fonte: Estadão Conteúdo/[Exame](#), em 30.08.2015.